



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

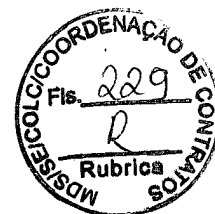


TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 29/2015, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME-MDS, POR INTERMÉDIO DA SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, E A EMPRESA ABRIL TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA-ME.

A **UNIÃO**, por meio do **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**, por intermédio da **SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, com sede no Bloco "C" da Esplanada dos Ministérios, em Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o nº 05.756.246/0001-01, representada pelo Subsecretário de Assuntos Administrativos, Sr. **LUIZ CLAUDIO MONTEIRO MORGADO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº [REDAZIDA], inscrito no CPF sob o nº [REDAZIDA], nomeado pela Portaria da Casa Civil da Presidência da República nº 723, publicada no Diário Oficial da União em 09 de abril de 2015, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **ABRIL TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA-ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.287.521/0001-81, sediada na Rua 22, nº 69, Qd. E 10, Lote 62 E, Lj. 12, Galeria PÁTIO 22, Setor Oeste, Goiânia-GO CEP 74.120-130, neste ato representada pelo Sr. **LINEU LINO LEMOS**, portador da Carteira de Identidade nº [REDAZIDA] e inscrito no CPF sob o nº [REDAZIDA] doravante designada **CONTRATADA**, conforme processo nº **71000.055504/2015-08** do **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS** e Processo nº 23000.009240/2014-89 do Ministério da Educação-MEC, Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 52/2014-MEC, Ata de Registro de Preços nº 01/2015-MEC, celebram o presente **CONTRATO**, sob a forma de execução indireta, no critério de **menor preço por item**; nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, IN SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, atualizada, IN SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Decreto nº 7.746/2012, de 05 de junho de 2012, da Casa Civil da Presidência da República, observadas as disposições contidas na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com suas alterações, legislação correlata e demais normas que regem a matéria, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente **CONTRATO** a prestação de serviços continuados de locação de veículos, em âmbito nacional, exceto o Distrito Federal e entorno, para o transporte de autoridades e grupo de trabalho, em serviço, incluindo combustível e motorista devidamente habilitado, sem franquias de quilometragem, com vistas a atender às necessidades do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência e seus Encartes, Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 52/2014 e Proposta da **CONTRATADA**, partes integrantes deste instrumento, como se nele transcrito estivessem.



CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

A **CONTRATADA** deverá executar os serviços de transportes, utilizando, para tanto, veículos com as seguintes características:

- a. **Categoria Grupo I - (tipo executivo)** – Veículo de Transporte Institucional: deverá ter, no máximo, 2 anos de uso, potência mínima 2.0, tipo sedan executivo, movido a gasolina ou a bi-combustível (gasolina/álcool), com 4 portas, ar condicionado, vidros e travas elétricos, capacidade para 05 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), cor escura, preferencialmente preta, e com todos os acessórios obrigatórios exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Para execução dos serviços, a **CONTRATADA** deverá utilizar veículos próprios ou adquiridos por meio de sistema de arrendamento mercantil (leasing), mantidos sempre a documentação regular e em perfeito estado de manutenção, conservação, limpeza e segurança, obedecidas todas as normas correlatas do Poder Público.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Os veículos deverão estar em perfeito estado de conservação, bem como atender aos requisitos previstos no Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Os veículos deverão manter as características de fábrica, não sendo permitido qualquer letreiro, marca ou logotipo que identifique a empresa, exceto quando solicitado pelo MDS.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Os veículos deverão utilizar indicação visual, conforme descrito no encarte "D" do Termo de Referência, e disposições da IN 3, de 15 de maio de 2008, devendo a informação referir-se ao MDS.

SUBCLÁUSULA QUINTA – A **CONTRATANTE** utilizará os serviços de transporte de acordo com as disposições contidas no artigo 30 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 15 de maio de 2008, quanto ao controle, à classificação, à utilização, à identificação e às características dos veículos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados, de acordo com a demanda, ao MDS, em âmbito nacional, exceto o Distrito Federal e entorno.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Os serviços serão solicitados com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas e deverão estar à disposição no local determinado pela **CONTRATANTE**, 30 (trinta) minutos antes do horário estabelecido.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Quando necessário, a **CONTRATANTE** poderá solicitar veículos com antecedência mínima de 02 (duas) horas, além das quantidades estimadas nos quadros demonstrativos de necessidades, para atender demanda extraordinária de serviços locais.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Para o controle da fiscalização, os serviços serão executados mediante a apresentação de "**Autorização de Serviços**", fornecida pela **CONTRATANTE**, preenchida pelo motorista e conferida pelo Gestor do Contrato, conforme modelo descrito no Encarte "B" do Termo de Referência;

SUBCLÁUSULA QUARTA - Não serão considerados os Comprovantes de Execução de Serviços, conforme modelo descrito no Encarte "B", rasurados e/ou ilegíveis. Portanto, caso ocorram rasuras, trajetos ilegíveis, ou erros de preenchimento, o fato deve ser registrado e levado imediatamente ao conhecimento da fiscalização, sob pena de não receber pelo serviço prestado.

SUBCLÁUSULA QUINTA - A diária terá início quando da saída do veículo com o usuário, de acordo com a solicitação e será encerrada com o fim dos serviços e preenchimento da "**Autorização de Serviços**", devidamente assinada pelo usuário, quando, então, será definido o tipo de diária a ser adotada, podendo ser:



- a) diária de 24 (vinte e quatro) horas;
- b) diária de 10 (dez) horas – cuja remuneração não poderá ultrapassar o limite máximo de 70% (setenta por cento) do valor da diária de 24 (vinte e quatro) horas; ou
- c) “Transfer” - cuja remuneração não poderá ultrapassar 60% (sessenta por cento) do valor das diárias de 10 (dez) horas. Entende-se por “transfer”: utilização, em tempo reduzido, como deslocamentos aeroporto/hotel e vice-versa, com espaço de tempo de até 03 (três) horas, entre o tempo de espera, embarque, deslocamento e desembarque.

SUBCLÁUSULA SEXTA - Os veículos de transporte institucional não poderão ser utilizados para o transporte aos locais de embarque e desembarque, na origem e no destino, em viagens a serviço, quando os ocupantes dos cargos referidos nos incisos I a V receberem a indenização prevista no art. 8º do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, em observância ao disposto no § 6º do artigo 5º da IN SLTI/MPOG nº 2/2008, alterada pela IN SLTI/MPOG nº 3/2009.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA - Em caso de avaria mecânica ou acidente de trânsito, a **CONTRATADA** deverá substituir o veículo avariado/acidentado, sem ônus para o MDS, no intervalo de 2 (duas) horas, a partir da notificação feita pela Administração.

SUBCLÁUSULA OITAVA - As estimativas apresentadas no item 10.1 do Termo de Referência, dependem das demandas dos órgãos do MDS, podendo os serviços serem ou não executados em sua totalidade.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E DO HORÁRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados em âmbito nacional, exceto Distrito Federal e Entorno, nas seguintes regiões brasileiras:

- III. CENTRO-OESTE (exceto DF e entorno); e
- V. SUL

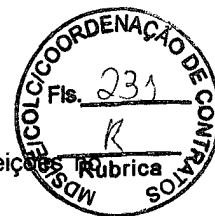
SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Os serviços serão executados, eventualmente, de segunda-feira a sexta-feira, conforme horário estabelecido pela **CONTRATANTE**, observada a estimativa de quantitativo de diárias expressa neste instrumento e no Termo de Referência.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Excepcionalmente, para atender demandas específicas, referentes aos programas e ações deste Ministério, poderão os serviços abranger sábados, domingos e feriados, sem acréscimos adicionais aos preços pactuados.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

1. Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços dentro das normas deste **CONTRATO**;
2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pelos empregados da **CONTRATADA**;
3. Atestar as notas fiscais/faturas, quando comprovado a execução dos serviços, conforme instituído no item 11.1 do Termo de Referência,
4. Acompanhar e fiscalizar a execução do **CONTRATO**, por meio de servidor especialmente designado pela **CONTRATANTE**, nos termos do art. 67 da Lei nº. 8.666/93;

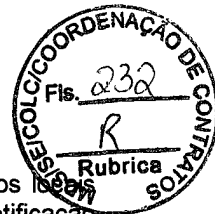


5. Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
6. Realizar inspeção nos veículos colocados à sua disposição pela **CONTRATADA**, com a finalidade de verificar as condições de conservação, manutenção e limpeza;
7. Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com as condições e quantitativos estipulados neste instrumento e no Termo de Referência;
8. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem executados;
9. Solicitar a **CONTRATADA** a substituição de qualquer empregado, ou preposto, cujo comportamento, ou qualificação técnica, venham a ser julgados inconvenientes ou insatisfatórios para a execução do objeto contratado;
10. Verificar a regularidade da **CONTRATADA**, perante o SICAF, antes de cada pagamento;
11. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

1. Dar integral cumprimento ao Termo de Referência, ao Edital do Pregão Eletrônico nº 52/2014 e à sua proposta;
2. Iniciar a prestação dos serviços a partir da assinatura do **CONTRATO**, conforme prazos estipulados neste instrumento e no Termo de Referência, informando em tempo hábil, qualquer motivo que a impossibilite de assumir as atividades;
3. Utilizar veículos próprios ou adquiridos por meio de sistema de arrendamento mercantil (leasing) em nome da **CONTRATADA**, mantidos em perfeito estado de conservação, limpeza e segurança e portar os equipamentos obrigatórios exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito – **CONTRAN**.
4. Ater-se ao fato de que, no caso de utilização de veículos importados, os mesmos deverão estar com toda a documentação que os legalize no País.
5. Responsabilizar-se por todas as despesas dos veículos utilizados na execução dos serviços, inclusive as relativas a combustíveis, manutenção, acidentes, multas de trânsito, pedágios, estacionamento, taxas, impostos, licenciamentos e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, ou que venham a ser determinadas pela legislação vigente, isentando a contratante de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira em quaisquer ocorrências.
6. Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, sem ônus para o MDS, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o Ministério dos assuntos pertinentes à execução do contrato.
7. Responsabilizar-se pelo devido preenchimento da Requisição de Transporte, solicitando a assinatura do usuário ao final do atendimento, devendo ser encaminhada ao Gestor do Contrato.
8. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela **CONTRATANTE**, de forma clara, concisa e lógica, cujas reclamações se obriga prontamente a atender, bem como tomar providências necessárias imediatas, para correção, evitando repetição dos fatos.

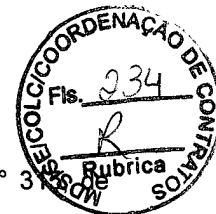


9. Providenciar para que todos os seus empregados mantenham disciplina nos locais de execução dos serviços, promovendo a imediata substituição, após a notificação de qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração do MDS.
10. Cumprir os prazos e condições previstas no Termo de Referência.
11. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Contrato, sem prévia autorização do Contratante.
12. Prestar qualquer tipo de informação solicitada pela **CONTRATANTE** sobre os serviços contratados, bem como fornecer qualquer documentação julgada necessária ao perfeito entendimento do objeto deste instrumento.
13. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela **CONTRATANTE**, quanto à execução dos serviços contratados.
14. Manter os seus profissionais, quando em horário de trabalho, trajados em uniforme, compostos de terno escuro e camisa social branca, gravata escura discreta, devidamente identificados.
15. Exercer rígido controle com relação à validade da Carteira Nacional de Habilitação de cada motorista, verificando se pertence à categoria compatível com os serviços contratados, bem como manter regularizada a documentação dos veículos.
16. Acatar as orientações do Gestor do Contrato ou seu substituto legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
17. Prestar esclarecimentos à **CONTRATANTE** sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços.
18. Manter em sua sede, plantão 24 (vinte e quatro) horas, durante todos os dias da semana e adotar todas as providências necessárias ao socorro de vítimas, em caso de acidentes e informar imediatamente à fiscalização do contrato, conforme o caso;
19. Realizar, às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência do Contrato de trabalho de seus empregados, os exames médicos exigidos.
20. Substituir, sempre que exigido pela **CONTRATANTE**, qualquer profissional cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina do Ministério ou ao interesse do Serviço Público.
21. Responsabilizar-se pela guarda de seus veículos enquanto e após o horário de atendimento ao MDS.
22. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o MDS;
23. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do MDS;
24. Responsabilizar-se pelos serviços, objeto deste **CONTRATO**, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de



seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades vierem direta ou indiretamente, causar ou provocar à **CONTRATANTE** e a terceiros, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de o MDS, fiscalizar e acompanhar todo o procedimento;

25. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do MDS, nem poderá onerar o objeto deste instrumento, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o MDS.
26. Manter, durante a vigência do **CONTRATO**, as condições de habilitação necessárias para a contratação com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica;
27. É vedado ao motorista, quando em serviço, o uso de cigarros, charutos e cachimbos no automóvel, bem como ingerir bebidas alcoólicas, ou transportá-las, bem como qualquer proibição contida no Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9503 de 23 de setembro de 1997).
28. É vedada a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da **CONTRATANTE** durante a vigência deste instrumento;
29. Proibida a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do **CONTRANTE**;
30. Não sub-empregar global ou parcialmente os serviços avançados, bem como não sublocar veículos, quer de propriedade de particulares e/ou de carro de praça (taxi);
31. Observar para a realização dos serviços objeto deste instrumento, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Casa Civil, da Presidência da República;
32. Observar as especificações do encarte “D” do Termo de Referência onde se indica como devem ser as inscrições nos veículos de acordo com a IN 3 de 15 de maio de 2008. Pela referida instrução normativa do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, pode-se utilizar vários formatos, para que se tenha inscrito nos veículos os dizeres “USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO”, onde se destaca uso de adesivo e o uso de manta magnética, sendo esta última a mais recomendada devido à natureza dos serviços. O uso destes dizeres é obrigatório no atendimento das solicitações de serviços;
33. Comunicar à **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
34. Disponibilizar sistema de comunicação que permita a localização imediata do supervisor responsável pelos serviços, para atendimento fora do horário estabelecido, domingos e feriados e sempre que necessário à perfeita execução dos serviços;
35. Observar o cumprimento do disposto no Inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal;
36. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, e nº 272, de 14/09/2000, e legislação correlata.”;
37. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores –



PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA n° 18, de 06/05/1986, e n° 31, de 29/10/2002, e legislação correlata;

38. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA n° 418, de 25/11/2009, e legislação correlata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pela execução dos serviços, objeto deste **CONTRATO**, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os valores estimados, conforme abaixo discriminado:

	ITEM	SERVIÇOS POR REGIÕES	ESTIMATIVA ANUAL DIÁRIAS/MDS	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
Categoria I (tipo executivo)	III	CENTRO-OESTE (exceto DF e Entorno)	40	1.080,00	43.200,00
	V	SUL	60	1.140,00	68.400,00
TOTAL					111.600,00

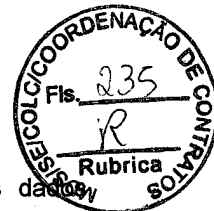
SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - As despesas decorrentes da execução do presente contrato estão estimadas em **R\$ 111.600,00 (cento e onze mil e seiscientos reais)**, sendo para o presente exercício o valor de **R\$ 40.080,00 (quarenta mil e oitenta reais)**, que correrão à conta da Funcional Programática 08.122.2122.2000.0001, Programa de Trabalho - PTRES n° 093348, Fonte de Recursos 151, Elementos de Despesa 33.90.33, em razão do que foi emitida a **Nota de Empenho n° 2015NE800604**, em favor da **CONTRATADA**.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – As despesas para o próximo exercício, e em caso de prorrogação, estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento à presente finalidade, a ser consignada ao MDS na Lei Orçamentária da União, e os créditos e empenhos para sua cobertura serão indicados por meio de termos aditivos ou apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, em até 5 (cinco) dias úteis após atesto do fiscal, em moeda nacional corrente, por meio de emissão de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da Contratada, com base na conferência da documentação, planilha financeira, serviços realizados e ordem de serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativa dos serviços.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Nos casos em que obrigatórias, as Notas Fiscais deverão ser eletrônicas (Nfe) conforme disposições contidas no inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009;



SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Deverão também conter nas Notas Fiscais Eletrônicas, os dados bancários do credor para emissão da (s) ordem (s) bancária (s) e as devidas retenções tributárias a serem feitas pela instituição conforme o artigo 64 Lei 9.430 de 27 de dezembro de 1996.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Caso a empresa seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL OU SUPER SIMPLES deverá apresentar a nota fiscal eletrônica, acompanhada do Anexo IV da IN/RFB nº 1234, de 11/01/2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.244, de 30 de janeiro de 2012, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida à empresa, pelo representante do Contratante, e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

SUBCLÁUSULA QUINTA - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da lei nº 8.666/93;

SUBCLÁUSULA SEXTA - Havendo atraso de pagamento, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$I = (TX/100) \times 365 \times EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA – Os pagamentos efetuados em favor da **CONTRATADA**, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos:

- a. Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas – IRPJ, Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB Nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;
- b. Contribuição previdenciária, correspondente a onze por cento, na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e
- c. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 e demais legislação vigente.

SUBCLÁUSULA OITAVA - Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

SUBCLÁUSULA NONA - A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando o contratado:

- a. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou



- b. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada

SUBCLÁUSULA DÉCIMA - Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade da **CONTRATADA** junto ao Sistema unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF, mediante consulta “on-line”, cujo documento será anexado ao processo de pagamento.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos subsequentes, mediante termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, após a verificação da real necessidade e com vantagens à administração, nos termos do inciso II, do artigo 57, da Lei 8.666/93.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - Na ocorrência de eventual prorrogação contratual, os custos fixos ou variáveis, não renováveis, que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá prestar garantia no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do Contrato, no valor de **R\$ 2.790,00 (dois mil, setecentos e noventa reais)**, correspondente a **2,5% (dois e meio por cento)** do valor global do contrato, dentre uma das modalidades previstas no § 1º do artigo 56 da Lei nº 8.666/93.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A **CONTRATANTE** ficará autorizada a utilizar a garantia, para assegurar o pagamento de:

- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo da **CONTRATADA**, ou de seu preposto, durante a execução do contrato;
- multas moratórias e punitivas aplicadas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**

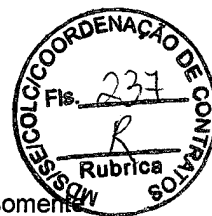
SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A autorização contida na Subcláusula anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A **CONTRATADA** deverá repor, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o valor da garantia que vier a ser utilizado pela **CONTRATANTE**.

SUBCLÁUSULA QUARTA - A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

SUBCLÁUSULA QUINTA – A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07 (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

SUBCLÁUSULA SEXTA – Na ocorrência de atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias da entrega da garantia, a **CONTRATANTE** poderá promover a rescisão do CONTRATO por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/93.



SUBCLÁUSULA SÉTIMA - A garantia será restituída, automaticamente, ou por solicitação, somente após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, na execução do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

Os preços dos serviços, objeto deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), medido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, ou outro que venha a substituí-lo, acumulado em 12 (doze) meses, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{(I - I_0)}{I_0} \cdot P$$

Onde:

a) para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta;

P = preço atual dos serviços;

b) para os reajustes subsequentes:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

P = preço do serviço atualizado até o último reajuste efetuado.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da **CONTRATADA**.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A **CONTRATANTE** deverá assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa, observado o disposto na IN nº 2 SLTI/MPOG, de 30 de abril de 2008 e suas alterações.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Os reajustes a que a **CONTRATADA** fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução do **CONTRATO**, nos termos do § 1º do art. 67, art. 73, ambos da lei nº 8.666/93, e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97, será acompanhada e fiscalizada por servidor, especificamente designado por Portaria do Subsecretário de Assuntos Administrativos, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e atestará as notas fiscais/faturas de serviço, para fins de pagamento.



SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Para o acompanhamento e fiscalização do contrato serão observados, no que couber, as disposições constantes da **IN nº 02/2008**, atualizada.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Caberá ao Fiscal do Contrato, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento do contrato, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante, deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para a adoção das medidas que se fizerem necessárias.

SUBCLÁUSULA QUARTA - A Administração, devidamente representada na forma desta Cláusula, poderá rejeitar, no todo, ou em parte, o objeto contratado, sem ônus para o MDS, se executados em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, neste Contrato e na proposta da **CONTRATADA**.

SUBCLÁUSULA QUINTA - A **CONTRATADA** será a única e exclusiva responsável pela prestação dos serviços, à **CONTRATANTE** é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização da execução contratual, diretamente ou por prepostos designados.

SUBCLÁUSULA SEXTA - O Gestor do Contrato comunicará à **CONTRATADA**, por escrito, as irregularidades e deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

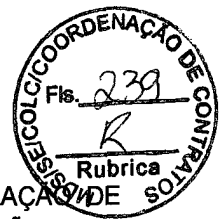
Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais a(s) **CONTRATADA(S)** que:

- 1 apresentar documentação falsa;
- 2 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 3 falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 4 comportar-se de modo inidôneo;
- 5 fizer declaração falsa;
6. cometer fraude fiscal.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Sem prejuízo das sanções previstas acima, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução total ou parcial da obrigação, sem prejuízo de demais sanções legais cabíveis, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- 1 Advertência;
- 2 Multa de:

a) 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor da **AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS**, em caso de atraso **NO INÍCIO OU NA CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS**, limitada a incidência a 5 (cinco) dias. Após o sexto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;



b) 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor da **AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS**, em caso de atraso **NO INÍCIO OU NA CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS**, por período superior ao previsto na alínea "a", limitado a 5 (cinco) dias subsequentes. Após o décimo-primeiro dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

c) 5% (cinco por cento) do valor da **AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS**, no período superior ao previsto nas alíneas anteriores, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida.

d) 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

d.1) No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas "a" e "b", o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7,5% (sete e meio por cento).

3 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MDS, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o **CONTRATADO** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - As sanções de multa poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do **CONTRATANTE** e impedimento de licitar e contratar com a União; descontando-a do pagamento a ser efetuado.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o **CONTRATANTE** poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo **CONTRATANTE**, o valor retido correspondente será depositado em favor da **CONTRATADA**, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Os serviços serão prestados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber, observadas as disposições constantes do Encarte "E" do Termo de Referência.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – A **CONTRATADA** deverá cumprir, no que couber, as exigências do inciso XI, art. 7º da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, bem como as exigências do art. 6º da Instrução Normativa MPOG nº01, de 19 de janeiro de 2010, que estabelece as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do objeto deste **CONTRATO** enseja sua rescisão, de conformidade com os Arts. 78 e 80 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo único do Art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, correndo as despesas a expensas da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

O Foro é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília/DF, para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente instrumento contratual.

E assim, por estarem de pleno acordo, após lido e achado conforme, assinam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram.

Brasília/DF, 15 de setembro de 2015.

LUIZ CLAUDIO MONTEIRO MORGADO
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à
Fome
CONTRATANTE

LINEU LINO LEMOS
Abril Tour Viagens e Turismo LTDA-ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

FABIANA SOARES BRITO SANTOS
Chefe de Divisão - DIERC

Nome: **Raphael B. L. Borba**
CPF: **SEAC/DIERC/CCONT**



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO SUL DO PARÁ

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2015 - UASG 133080

Nº Processo: 54600001024201531. Objeto: Contratação de passagens aéreas junto a companhia(s) credenciadas no território nacional. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Dentro do limite permitido para inexistência de licitação Declaração de Inexistência em 16/09/2015. PAULO SERGIO GARCIA. Ordenador de Despesas. Ratificação em 16/09/2015. GENTIL DA SILVA PIMENTEL. Ordenador de Despesas. Valor Global: R\$ 36.823,03. CNPJ CONTRATADA: 00.000.000/0001-91 BANCO DO BRASIL SA.

(SIDE - 16/09/2015) 133080-37201-2015NE800264

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 29/2015 - UASG 550005

Nº Processo: 71000055504201508. PRECATORIO SRP Nº 52/2014. Contratante: SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO. CNPJ Contratado: 37287521000181. Contrato: ABRIL TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA-ME. Objeto: Serviços continuados de locação de veículos para o transporte de autoridades e grupo de trabalho do MDS, em serviço, incluindo combustível e motorista, sem franquia de quilometragem. Fundamento Legal: Lei 10.520/2002. Vigência: 15/09/2015 a 15/09/2016. Valor Total: R\$111.600,00. Fonte: 151000000 - 2015NE800604. Data de Assinatura: 15/09/2015.

(SICON - 16/09/2015) 550005-00001-2015NE000166

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 152/2015

CONTRATADO: Centro de Cultura Informação e Meio Ambiente - CIMA (CNPJ nº 00.468.786/0001-76). CONTRATANTE: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. OBJETO: Patrocínio para a realização do projeto, denominado: "Festival do Rio 2015", que ocorrerá de 1 a 14 de outubro de 2015, no Rio de Janeiro (RJ). ESPÉCIE: contrato administrativo. PREÇO: valor total de até R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais). PRAZO: 6 (seis) meses, contados da data da assinatura do contrato. RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: 3141.31.01.04-5 - Projetos Culturais - Rouanet 100%. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, "caput", da Lei nº 8.666, de 21.06.1993. PRONUNCIAMENTO JURÍDICO: NOTA GP/DEJUR nº 164/2015, de 11.09.2015, anexa à IP GP/DEPOC nº 169/2015, emitida em 11.09.2015. ATO DE RATIFICAÇÃO: da Chefe da Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência do BNDES, em 15.09.2015.

AVISO DE ADIAMENTO CONCORRÊNCIA AA Nº 2/2015 - BNDES

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva para apoio operacional, gerenciamento, supervisão e integração das atividades relativas ao desenvolvimento dos projetos de Arquitetura e complementares, apoio técnico na realização das licitações e na execução das obras do edifício Anexo do BNDES.

O BNDES informa que a sessão pública para abertura das Propostas Técnicas (Envelope nº 2) foi reagendada para o dia 21/09/2015, às 15h30min, na sala 917, no 9º andar do Edifício Ventura Corporate Towers, localizado na Av. República do Chile nº 330, Torre Oeste, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-919.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015.
PEDRO IVO PEIXOTO DA SILVA
Gerente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032015091700135

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2015

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 04/09/2015. Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de natureza continuada de manutenção preventiva, corretiva, emergencial, evolutiva, de assistência técnica, de atualização de plantas e diagramas, de auditoria física, de treinamento e de reposição e substituição de cilindro de gás FM-200 para solução integrada de centro de dados seguro e de alta disponibilidade que engloba sala cofre tipo B certificada conforme NBR 15247 e todos os seus subsistemas, abrangendo todos os recursos necessários à execução dos serviços, incluindo fornecimento integral e peças e material de consumo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

FABIO BRUNO PIMENTA
Pregoeiro

(SIDE - 16/09/2015) 183038-18801-2015NE800291

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2015 - UASG 183039

Processo: 8439/2015. Objeto: Aquisição de materiais de expediente e matérias de processamento de dados. Total de Itens Licitados: 00032. Edital: 17/09/2015 de 08h00 às 12h00 e de 13h às 17h00. Endereço: Av. Berlim, N°627 São Geraldo - PORTO ALEGRE - RS. Entrega das Propostas: a partir de 17/09/2015 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 29/09/2015 às 09h00 site www.comprasnet.gov.br.

RICARDO FLORES PINTO
Pregoeiro

(SIDE - 16/09/2015) 183039-18205-2015NE800223

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS PROCURADORIA FEDERAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Procurador Federal da Procuradoria Federal Junto a SUFRAMA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e estendendo a tentativa de dar ciência por meio de notificação via Carta Registrada com Aviso de Recebimento, notifica a empresa abaixo relacionada do Estado do Acre a comparecer a esta Autarquia no prazo de 10 dias a contar desta publicação, para efetuar o pagamento dos débitos de sua responsabilidade, originados da prestação de serviços públicos por parte da Autarquia, não pagos até a presente data e acrescidos de juros e multa.

O procedimento para a quitação do débito deverá ser efetuado junto a Procuradoria Jurídica da Suframa, localizada na Avenida Ministro Mário Andaraiza, n. 1424 - Distrito Industrial, Manaus/AM, de segunda à sexta-feira, das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, ou mediante contato (92) 3321-7009 ou nas Unidades Descentralizadas da Suframa.

Caso este débito já se encontre quitado, solicitamos o envio da correspondente comprovação a esta Autarquia.

EMPRESA	CNPJ	INSCRIÇÃO SUFRAMA
MANV COMERCIO E TRANSPORTES LTDA-ME	09.547.035/0001-92	5003465200

BIANOR SARAIVA NOGUEIRA JÚNIOR

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE CONVÊNIOS

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 759270/2011. CONCEDENTE: União, por intermédio do Ministério do Esporte, CNPJ 02.961.362/0001-74.

CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, CNPJ: 01.612.383/0001-11.

OBJETO: Prorrogação da vigência até 04 de dezembro de 2015 e alteração do Plano de Trabalho.

DATA DE ASSINATURA: 04 de setembro de 2015.

SIGNATÁRIOS: RICARDO LEYSER GONÇALVES, Secretário Executivo/ME, CPF: 154.077.518-60 e THALES ANDRÉ FERNANDES, Prefeito Municipal de Major Sales/RN, CPF: 010.692.244-05.

PROCESSO: 58701.003232/2011-63.

ESPÉCIE: Primeiro Aditivo ao Termo de Execução Descentralizada nº 45/2014 que celebraram entre si a União, por intermédio do Ministério do Esporte, CNPJ 02.961.362/0001-74 e o Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes - CEFAN, CNPJ: 00.394.502/0129-08.

OBJETO: Aditivo ao Termo de Execução Descentralizada nº 45/2014 que tem por finalidade a suplementação do valor inicial do projeto e prorrogação de vigência.

DESPESA: Proveniente do Ministério do Esporte, Orçamento Geral da União, no valor de R\$ 1.978.720,87 (um milhão, novecentos e setenta e oito mil, setecentos e vinte reais e oitenta e sete centavos); no Programa de Trabalho 27.811.2035.14TQ.0001.000C; Fonte 100, sendo R\$ 786.887,07 (setecentos e oitenta e seis mil, oitocentos e oitenta e sete reais e sete centavos) na Natureza de Despesa 33.90.39 e R\$ 1.191.833,80 (um milhão, cento e noventa e um mil, oitocentos e trinta e três reais e oitenta centavos) na Natureza de Despesa 44.90.51.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.

DATA DE ASSINATURA: 15 de setembro de 2015.

SIGNATÁRIOS: Ricardo Leysen Gonçalves, Secretário-Executivo/ME, CPF: 154.077.518-60 e Carlos Chagas Vianna Braga, Contralmeirante (FN) Comandante do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes - CEFAN, CPF: 758.617.127-00.

PROCESSO Nº: 58701.000511/2014-18

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE 9 DE SETEMBRO DE 2015

Pelo presente Edital fica NOTIFICADO o Senhor ROBINSON DE ALENCAR BRUM DIAS, portador do CPF nº 446.091.320-87, que se encontra com local incerto e não sabido, a comparecer à sala 108 - 1º andar, Bloco "A", Edifício Bitur II, SEPPI 511, Assa Norte - Brasília/DF, até às 17h00 do dia 25 de setembro de 2015 e apresentar as alegações de defesa ou recolher aos cofres da União a importância de R\$721.876,14 (setecentos e vinte e um mil, oitocentos e setenta e seis reais e quatorze centavos) referente ao valor nominal apurado de R\$469.646,29 (quatrocentos e sessenta e nove mil, seiscentos e quarenta e seis reais e vinte e nove centavos) corrigidos monetariamente de 02/02/2010 até 24/07/2015, oriundos do Convênio nº 200/2007, celebrado entre o Ministério do Esporte - ME e a Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul - FUNDERGS. O valor imputado é decorrente da não aplicação integral dos recursos recebidos, responsabilizando solidariamente os gestores responsáveis à época. Fica estabelecido que o não comparecimento de Vossa Senhoria e o não recolhimento do valor mencionado, no prazo fixado, ensejará a adoção das medidas previstas na legislação em vigor relativas à instauração de Tomada de Contas Especial, junto ao Tribunal de Contas da União, com vistas à recomposição do Tesouro Nacional.

FÁBIO DE CASTRO PATRÍCIO

AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA DIRETORIA EXECUTIVA SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO CORPORATIVA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2015

Processo nº: 91214.000888/2015-15. Objeto: Prestação de serviço de TV por assinatura e Internet via cabo. Total de itens licitados: 002. Fundamento Legal: Art 24, Inciso II e c/c Art. 23 §8º da Lei 8.666/93. Justificativa: Valor Global inferior ao limite previsto na Lei 8.666/93. Reconhecimento da Compra em 08/09/2015. ARI MATOS CARDOSO, Diretor Executivo - Substituto. Valor Global: R\$ 8.766,00 (oito mil e setecentos e sessenta e seis reais). CNPJ: 40.432.544/0440-04. CLARO S/A. Programa de Trabalho: 27.811.6102.1APO.0001. PTRES: 093633. Fonte 0609. Elemento de Despesa: 33.90.39-01 e 33.90.39-97. Nota de Empenho: 2015NE800085.

Ministério do Meio Ambiente

SECRETARIA EXECUTIVA

EDITAL Nº 15/2015

RESULTADO FINAL DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PARA OS CARGOS E CONVOCACÃO PARA A ENTREGA DOS EXAMES MÉDICOS E DOCUMENTOS PARA INGRESSO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2014 PARA CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

O Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais, resolve:

1. Tornar público o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 1/2014 para contratar profissionais temporários para preenchimento de vagas do quadro de pessoal do Ministério do Meio Ambiente, com lotação no Serviço Florestal Brasileiro - SFB, do candidato convocado pelo Edital nº 13/2015, publicado no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2015, e aprovado na análise dos documentos de habilitação para os cargos, na seguinte ordem: código do cargo, área, cargo, área de concentração/subárea, número de inscrição e nome do candidato:

1.1 Cód. 360 - Área 7 - Técnico de Nível Superior - Nível IV - Informática/ Analista de Redes:

256.649963/0. AMAURY CORIOLANO DA SILVA JÚNIOR.

2. ENTREGA DOS EXAMES MÉDICOS E DOCUMENTOS

2.1 O candidato aprovado na análise dos documentos de habilitação deverá agendar previamente a avaliação dos exames médicos, por meio dos telefones 61-2028 1264 e 2028 1584, que deverá ser realizado no período compreendido entre 21 de setembro a 02 de outubro de 2015.

2.1.1 Para a realização do exame pré-admissional, o candidato deverá comparecer na data e horário agendados, portando os resultados dos exames solicitados, cuja relação se encontra disponível no site do Serviço Florestal Brasileiro: www.florestal.gov.br. A re-

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.